Maxi educa

TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

PROFESSOR II - GEOGRAFIA



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Professor II - Geografia

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Acentuação gráfica 1
Análise e interpretação de textos 3
Coerência textual. Coesão textual 4
Concordância nominal. Concordância verbal. 9
Emprego da crase 15
Figuras de linguagem 19
Ortografia oficial 25
Pontuação 33
Regência nominal. Regência verbal 37
Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos). 44
Tipos e gêneros textuais 48
Uso e colocação dos pronomes 55
Questões 61
Gabarito 72

LEGISLAÇÃO PARA PROFESSORES

Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições .. 1
Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado 6
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola 12
FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social. 81
Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar 105
Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos 112
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar 113
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos 126
Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 15.388/2026): Metas e responsabilidades dos municípios 158

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação 167
Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais 173
Questões 179
Gabarito 186

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Planejamento e organização de aulas de Geografia 1
Organização da rotina e dos materiais utilizados nas aulas 6
Utilização de mapas, atlas, globos terrestres e recursos cartográficos 10
Leitura e interpretação de mapas, gráficos, tabelas e imagens geográficas 15
Ensino de localização, orientação e representação do espaço geográfico; Desenvolvimento de atividades sobre território, lugar, paisagem e região; Ensino de conteúdos relacionados ao espaço urbano e rural; Desenvolvimento de atividades sobre população, migração e distribuição populacional; Ensino de conteúdos relacionados às atividades econômicas e ao trabalho; Desenvolvimento de atividades sobre meio ambiente, recursos naturais e sustentabilidade; Ensino de conteúdos relacionados ao clima, relevo, hidrografia e vegetação; Desenvolvimento de atividades sobre formação e organização do território brasileiro 20
Utilização de recursos tecnológicos e ferramentas digitais no ensino de Geografia 40
Realização de atividades práticas de observação e análise do espaço geográfico 45
Adaptação de atividades aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos 50
Elaboração e aplicação de exercícios e atividades de Geografia; Correção e acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos; Elaboração e aplicação de avaliações da aprendizagem em Geografia 54
Identificação e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos 68
Registro do desenvolvimento dos alunos e participação no planejamento pedagógico da escola 73
Questões 78
Gabarito 83

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Avaliação da aprendizagem 1
Currículo escolar 3
Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem em Jean Piaget 7
Desenvolvimento sociocultural da aprendizagem em Lev Vygotsky 10
Didática e organização do ensino em José Carlos Libâneo 15

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Educação e pedagogia crítica em Paulo Freire..... **20**
Educação inclusiva e diversidade **25**
Gestão democrática da escola..... **27**
Interdisciplinaridade na educação em Ivani Fazenda **34**
Legislação educacional brasileira. Políticas públicas educacionais..... **39**
Planejamento de ensino..... **49**
Projeto Político-Pedagógico (PPP)..... **53**
Psicologia da educação..... **59**
Tendências pedagógicas na educação brasileira em Dermeval Saviani **62**
Teorias da aprendizagem **67**
Tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem **74**
Trabalho pedagógico e interdisciplinaridade **78**
Construtivismo na educação em Emília Ferreiro..... **82**
Avaliação mediadora em Jussara Hoffmann..... **87**
Questões **93**
Gabarito..... **98**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo**: indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

  Ex.: *área, relógio, pássaro.*

- **Acento circunflexo**: empregado acima das vogais “a” e” e “o”para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

  Ex.: *acadêmico, âncora, avô.*

- **Acento grave/crase**: indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

  Ex.: *“Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!*

- **Til**: Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

  Ex.: *a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acento tônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.*

- **Monossílabas Tônicas e Átonas**: mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

  Ex.: *observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).*

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

Ex.: *réis, véu, dói.*

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas**: par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3a pessoa do plural termina em “-eem”.

Importante: Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos era acentuados.

Ex.: *Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.*

Exceção: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses caso, a acentuação permanece acentuada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Participação colegiada na organização da escola

Natureza institucional do Conselho Escolar

O Conselho Escolar integra a organização participativa da unidade de ensino e cria um espaço formal para que diferentes segmentos da comunidade escolar intervenham em assuntos relevantes da vida institucional. Sua composição e seu funcionamento dependem das normas do sistema de ensino e do regimento aplicável, mas sua lógica central é colegiada: decisões, avaliações e encaminhamentos deixam de ficar restritos a uma única autoridade e passam a incorporar representação, debate e responsabilidade compartilhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional associa a gestão democrática do ensino público à participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Essa referência dá ao colegiado uma função institucional vinculada à democratização da gestão, sem eliminar as competências próprias da direção, dos profissionais ou dos órgãos mantenedores.

Representação e vínculo com a comunidade escolar

A presença de representantes de diferentes segmentos amplia a capacidade do colegiado de perceber problemas sob perspectivas distintas. Famílias podem apresentar dificuldades relacionadas ao acesso, à comunicação e à permanência; estudantes podem revelar aspectos da convivência e da rotina que não aparecem nos registros administrativos; profissionais da escola contribuem com conhecimento pedagógico e operacional. A participação não transforma cada representante em defensor exclusivo de interesses particulares. A atuação colegiada exige considerar o interesse educacional comum, as normas vigentes e as condições concretas da unidade. Em uma situação de alteração do uso de espaços escolares, por exemplo, o debate pode reunir necessidades pedagógicas, segurança, acessibilidade, disponibilidade de ambientes e impacto sobre diferentes turmas antes da definição de um encaminhamento.

Competências deliberativas, consultivas e de acompanhamento

As atribuições específicas são definidas pelas normas do respectivo sistema e pela regulamentação da unidade, razão pela qual não é adequado presumir que todos os Conselhos Escolares brasileiros possuam exatamente o mesmo conjunto de poderes. Em termos funcionais, esses colegiados podem exercer competências deliberativas nos assuntos que lhes forem legalmente atribuídos, emitir manifestações consultivas, acompanhar ações institucionais e colaborar com processos de avaliação e planejamento. O limite da competência é essencial: uma deliberação colegiada não pode substituir órgão ou autoridade quando a matéria estiver reservada a outra instância.

Projeto pedagógico, prioridades e controle social

A participação do Conselho Escolar pode alcançar o acompanhamento da proposta pedagógica, das prioridades institucionais e da aplicação de recursos cuja gestão admita participação colegiada. O valor do controle social está na combinação entre acesso à informação, discussão fundamentada e registro das decisões. Ao analisar a aquisição de materiais para uma atividade escolar, por exemplo, o colegiado pode relacionar a necessidade apresentada às prioridades pedagógicas e às condições orçamentárias, observando as regras aplicáveis. O conselho não funciona como simples homologador de decisões já tomadas; sua contribuição é mais consistente quando recebe informações suficientes, registra divergências e acompanha a execução do que foi decidido.

A tabela diferencia funções recorrentes do colegiado sem convertê-las em atribuições universais, pois o alcance concreto depende da regulamentação do sistema de ensino.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Intencionalidade didática e recorte geográfico

O planejamento docente em Geografia transforma um tema amplo em uma sequência de decisões sobre conceitos, linguagens, escalas, tempo e formas de participação. A organização ganha consistência quando cada aula possui uma finalidade geográfica identificável: localizar, comparar, relacionar, explicar transformações, reconhecer padrões espaciais ou interpretar representações. Isso impede que o conteúdo se reduza a uma coleção de informações desconectadas e permite que os alunos percebam relações entre fenômenos naturais, sociais, econômicos e culturais.

Objetivos ligados a conceitos e operações espaciais

Um objetivo bem formulado combina o conteúdo com uma ação intelectual observável. Em uma aula sobre mobilidade urbana, por exemplo, não basta prever que a turma “conheça os transportes”. É mais preciso organizar situações em que os alunos comparem trajetos, identifiquem centralidades, relacionem tempo de deslocamento e infraestrutura e expliquem por que determinados fluxos se concentram em certas vias. A clareza do objetivo orienta a escolha do mapa, das perguntas, do tempo destinado à discussão e do produto que será elaborado. Também facilita perceber se a tarefa proposta realmente mobiliza raciocínio geográfico ou apenas solicita reprodução de informações.

Delimitação do que o aluno deverá fazer

A ação prevista precisa corresponder às condições reais da turma e aos conhecimentos que já foram trabalhados. Se os alunos ainda estão consolidando a leitura de legenda, uma atividade que exija interpretar simultaneamente escala, orientação, símbolos proporcionais e séries temporais pode gerar dificuldades que não decorrem do conceito central. O planejamento pode, então, distribuir essas operações em etapas: primeiro reconhecer elementos básicos da representação, depois comparar áreas e somente então formular explicações. O mesmo princípio vale para textos, imagens e dados numéricos. A complexidade deve crescer pela articulação progressiva de operações, e não pelo acúmulo súbito de exigências.

Seleção e encadeamento dos conteúdos

A escolha de conteúdos deve considerar a relação entre o fenômeno, a escala espacial adequada e o tempo disponível. Um problema de enchentes urbanas, por exemplo, pode envolver impermeabilização do solo, relevo, drenagem, ocupação de várzeas, manutenção de sistemas de escoamento e intensidade das chuvas. Em uma única aula, tentar desenvolver todos esses aspectos com igual profundidade pode dispersar o foco. O planejamento pode selecionar uma questão central, como a relação entre impermeabilização e escoamento superficial, e reservar outros componentes para momentos posteriores, mantendo explícitas as conexões entre eles.

Escala, complexidade e progressão

A sequência dos conteúdos também depende da passagem entre escalas. Uma ocorrência observada perto da escola pode servir de ponto de partida para compreender processos presentes em outras partes da cidade, mas a ampliação não deve transformar o caso local em regra universal. O professor pode organizar comparações entre ruas com diferentes condições de pavimentação, mapas de uso do solo e representações simplificadas da microbacia urbana. Em seguida, a turma pode discutir como decisões de ocupação tomadas em áreas distintas repercutem no sistema de drenagem. A aula, assim, articula experiência próxima e explicação espacial mais abrangente sem perder o recorte definido.

Outro aspecto importante é a relação entre uma aula isolada e a sequência mais longa em que ela se insere. Um conteúdo pode ser retomado em contextos diferentes sem repetir a mesma tarefa. A noção de escala, por exemplo, pode aparecer ao comparar bairros, ao interpretar uma rede urbana e ao discutir um fenômeno

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

[1]O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino-aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, nesse caso, deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia a dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

[2]Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

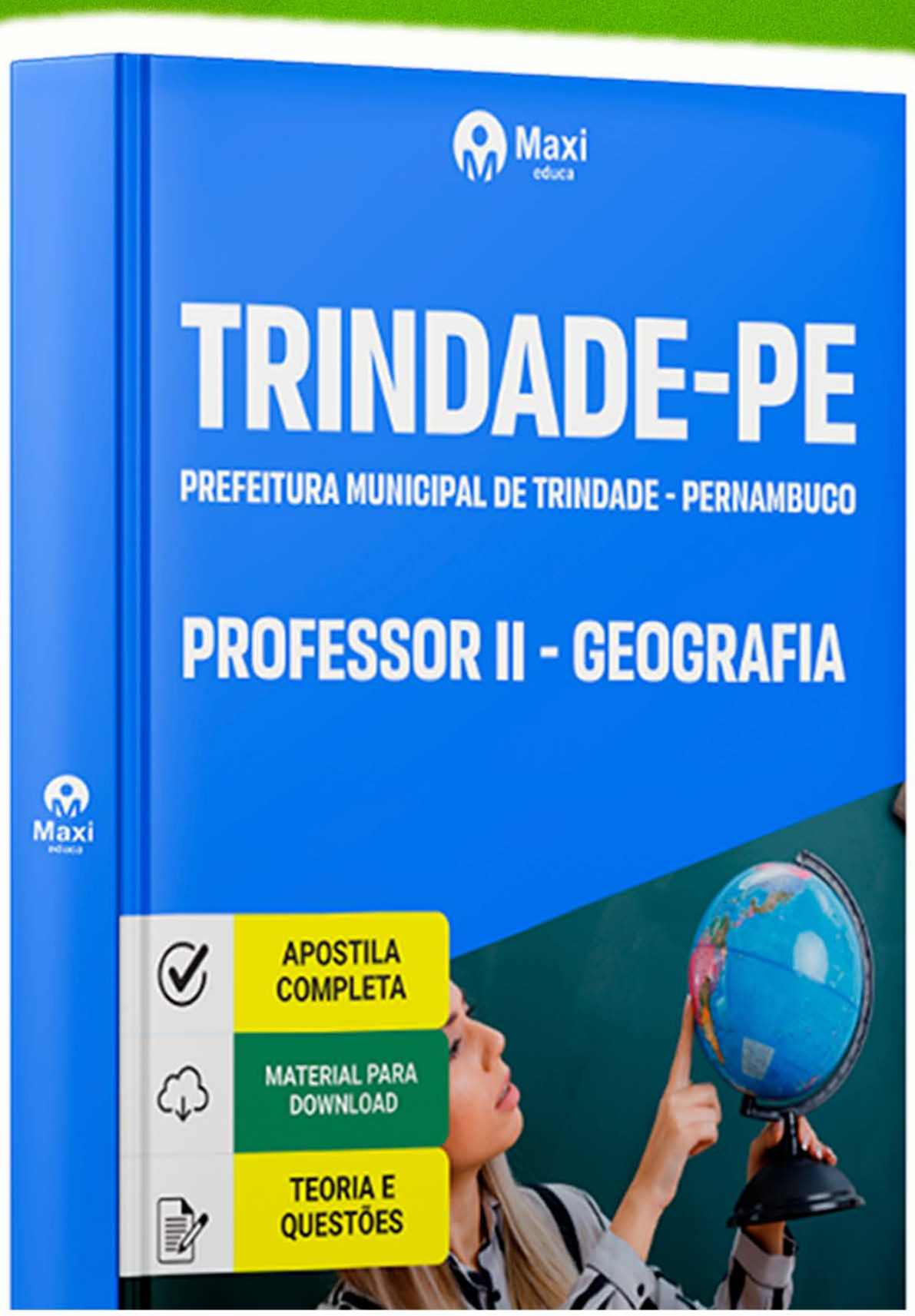
A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

---

1 https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm
2 https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!